



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Dezembro de 2011 – R\$ 3,00

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Nossa tarefa: superar a crise de direção

Resolução Internacional:

- A crise capitalista prossegue e se aprofunda
- As manobras para tentar contornar a crise resultam em mais crise
- A crise muda de forma
- A crise expressa a fase imperialista, de desintegração do capitalismo
- A União Europeia se desintegra
- A crise na maior potência
- A crise e os "Brics"
- Maior submissão das semicolônias
- Manifestações da crise na América Latina
- Os levantes do norte da África e Oriente Médio
- A resposta da burguesia: barbárie social
- A resposta das massas à crise
- Superar a crise de direção



Espanha



Bolívia



Egito



Chile

Nossa tarefa – superar a crise de direção

Em 10 de dezembro, na Bolívia, realizou-se a reunião do Comitê de Enlace. Aprovou-se uma Resolução sobre a situação internacional, foram feitas recomendações às seções e determinadas as tarefas do momento. Discutiu-se o agravamento da crise mundial do capitalismo, analisaram-se suas manifestações particulares na Bolívia, Argentina e Brasil.

As seções avaliaram o acerto das posições da Resolução internacional aprovada na Conferência de agosto de 2011, em que se caracteriza a crise estrutural do capitalismo e a abertura de uma nova etapa da luta de classes mundial. Nos quase quatro meses que decorreram entre a Conferência e a presente reunião, a crise se agravou atingindo duramente a União Europeia e inúmeras manifestações massivas projetaram a luta de classes e indicaram as tendências mais profundas dos explorados em reagir aos ataques da burguesia e às suas condições elementares de existência.

Acontecimentos que ressaltam uma das contradições fundamentais da situação: o capitalismo escala os patamares das crises que desencadearam a 1ª e 2ª Guerras Mundiais e as massas oprimidas se vêem instintivamente obrigadas a se defenderem por meio da ação direta, porém padecem da crise histórica de direção - está ausente em suas lutas a política revolucionária do proletariado.

Certamente, não se trata de uma nova contradição e de um novo fenômeno. A degeneração do Partido Comunista Russo pelo estalinismo, as suas traições ao proletariado, a destruição da III Internacional e o sangrento combate à Oposição de Esquerda liderada por Leon Trotsky recuaram brutalmente os avanços revolucionários em escala mundial e provocaram a “crise histórica da direção do proletariado”, como reconhece o Programa de Transição da IV Internacional, logo em suas primeiras linhas.

A burguesia imperialista espalhou o entusiasmo de que



Greve na China: as operárias de uma fábrica de componentes informáticos, fornecedora de empresas como a Apple, a HP e a Research in Motion, protestam contra mudança da unidade de produção para outra localidade. As grevistas queixam-se de não terem sido notificadas nem indenizadas.

a restauração burguesa na ex-União Soviética, a derrubada do Muro de Berlim, o encaminhamento da China para a economia de mercado, o esgotamento das experiências “comunistas” no Leste Europeu, a desintegração do bloco soviético e o fim da “guerra fria” comprovavam a superioridade do capitalismo e a impossibilidade do comunismo. A reincorporação dos países que expropriaram a burguesia por meio de revoluções sociais permitiria uma nova ordem mundial, um salto econômico, uma aproximação cooperativa entre as nações e uma política voltada para a estabilidade, a ordem e a paz.

Nesses vinte anos de restauração, no entanto, o capitalismo não fez senão acumular e potencializar suas contradições estruturais. A “nova ordem” anunciada não passou de máscara ideológica da velha ordem que se mostrou integralmente na bancarrota econômico-financeira de 1929, no surgimento do nazifascismo, na 2ª Guerra Mundial e na traição estalinista.

A União Soviética se desintegrou sob as forças restauradoras burguesas, abriram-se caminhos para antigos conflitos de nacionalidades, retomou-se a relação de opressão nacional e desencadearam-se intervenções militares. O Leste Europeu foi incorporado na órbita da Alemanha, França e Inglaterra imperialistas, o que resultou em gigantesca regressão social.

A ascensão econômica da China sob a forma de capitalismo de Estado implicou reconstituir as odiosas diferenças de classe, a intensificar a opressão sobre milhões de camponeses e a colocar o colossal proletariado na condição de escravo moderno. É preciso destacar a particularidade da restauração que a coloca no epicentro da crise mundial, cujos desdobramentos ainda estão por vir.

O imperialismo encontrou condições para aumentar suas pressões sobre o processo de restauração e para atuar econômico e militarmente em regiões antes impenetráveis.

A “nova ordem” emergiu sob a marca do intervencionismo militar dos Estados Unidos e seus aliados europeus. A escandalosa mentira do governo norte-americano para intervir no Iraque, alegando a necessidade de impedir a produção de armas químicas e nucleares, dá bem a medida em qual ordem o capitalismo se encontra. Afeganistão, Iraque e recentemente a Líbia testemunham o vigor das tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo.

Se o governo do Irã não capitular diante da exigência das potências e de Israel de submeter suas usinas nucleares aos ditames do imperialismo, é bem possível que tenha de enfrentar um ataque militar. Também é possível que a Síria seja colocada diante de uma intervenção, como a da Líbia. O assassinato de Osama bin Laden no Afeganistão configurou uma operação clandestina. Evidenciou que o imperialismo pratica o terrorismo de Estado e o método de assassinar lideranças consideradas inimigas dos Estados Unidos.

A burguesia imperialista tem se mostrado à vontade para pisotear a autodeterminação das nações semicoloniais.

Na América Latina, a Colômbia se transformou em base militar dos Estados Unidos. O ataque e as mortes de militantes das Farc em território equatoriano constituíram uma clara violação da soberania do Equador.

As intervenções e mortandades expressam a proliferação da barbárie capitalista. Essa via de dominação, de controle de riquezas naturais, de expansão e de destruição de forças produtivas, vem sendo potenciada pela crise e declínio das potências.

O curso da crise mundial iniciada em 2007 nos Estados Unidos, que eclodiu em fins de 2008, não pôde ser estancado. As potências, com todo seu poderio financeiro, não têm como escapar da bancarrota apenas com medidas fiscais, monetárias, cambiais e administrativas. Trilhões foram despendidos pelos Tesouros Nacionais para salvar bancos, empresas e grandes empreendimentos. Protelaram, em certa medida, as quebras financeiras, industriais e comerciais. Mas resultaram em aumento insustentável das chamadas “dívidas soberanas”.

A crise na Europa mostra países inteiros falidos, da pequena Grécia à portentosa Itália. E a situação não é boa na França e Inglaterra. De maneira que a União Europeia e a Zona do Euro, concebidas para desafogar as forças produtivas encarceradas pelas relações de produção e pelas fronteiras nacionais, afundam sem que as soluções apresentadas pela Alemanha e França revertam o quadro de desintegração. A pretensa unidade confederativa cede passagem às forças centrífugas, que acirraram o choque da diretriz centralista-autoritária da Alemanha e França com o que resta de soberania da maioria dos demais integrantes.

Observa-se que a crise se avolumou e empurrará a classe capitalista a destruir maciçamente forças produtivas. A classe operária, a pequena burguesia e a juventude oprimida estão diante do precipício do desemprego, do trabalho precarizado, do rebaixamento salarial, do ataque à Previdência Social e da perda de conquistas sociais. A tão propalada superioridade da democracia burguesa mostra seus dentes contra o movimento das massas. Os Planos concebidos pela oligarquia financeira para que os governos os apliquem são impostos à força.

Uma das características da situação mundial é que os explorados se chocam ou tendem a se chocar diretamente contra os governos que lhes ditam medidas anti-operárias e antipopulares. A crise e a política econômica os colocam frente a frente com a classe capitalista. Expõem o parasitismo da burguesia e seu esgotamento histórico como classe dominante. O Comitê de Enlace extrai essa afirmação da situação objetiva. Mas é preciso ter claro que as massas se deparam com a crise de direção. As necessidades que as impulsionam à luta coletiva não se convertem em estratégia revolucionária. As direções burocráticas e traidoras que controlam os sindicatos canalizam as revoltas instintivas para a política de colaboração com a classe dos exploradores.



As massas egípcias voltaram a ocupar a Praça Tahir e foram duramente reprimidas pelo exército

Os levantes revolucionários em países árabes do Norte da África e Oriente Médio expõem o heroísmo das massas em enfrentar as ditaduras e as monarquias feudais-burguesas, mas não podem impor suas aspirações democráticas, uma vez que estão condicionadas por direções burguesas e pequeno-burguesas. Vivemos a época do capitalismo imperialista em que não há mais possibilidade de revoluções democrático-burguesas. No entanto, os países semicoloniais, como são a Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e outros, por serem de capitalismo atrasado, conservam tarefas democráticas não resolvidas, entre elas a conquista da independência nacional diante do imperialismo. Sem a direção de um partido marxista-leninista-trotskyista que conduza o levante à revolução proletária, não é possível solucionar as tarefas democráticas. A revolução democrática sob um governo revolucionário se converte em revolução proletária. Eis por que é essencial lutar no seio das massas desenvolvendo o levante democrático sob a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

A explosão de movimentos nos países árabes ocorre nas entranhas do capitalismo imperialista em decomposição e na particular situação em que se manifesta a crise estrutural do capitalismo. As potências intervêm mais ou menos abertamente para desviar e sufocar os levantes democráticos, para que não assumam o conteúdo antiimperialista e a não se voltem contra a feudal-burguesia árabe servil ao capital internacional. Por sua vez, o movimento de resistência das massas na Europa expressa diretamente o confronto do proletariado e da pequena-burguesia contra a oligarquia capitalista que saqueia e oprime os povos semicoloniais. A conjunção da rebelião das massas árabes com a resistência das massas europeias constitui um fator novo na situação mundial que estabelece um marco na atual etapa da luta de classes mundial.

As bandeiras democráticas e anti-imperialistas que emergem dos combates nos países árabes conflagrados confluem com as bandeiras mais elementares de defesa das



As manifestações e greves na Itália combatem as medidas propostas pelo governo, que descarregam o peso da crise sobre as massas

condições de vida das massas europeias. A realidade da luta de classes nos países capitalistas mais avançados e dos povos oprimidos nas semicolônias coloca em plena luz do dia a atualidade e vitalidade do Programa de Transição da IV Internacional de 1938. Não apenas o seu método que consiste em ligar as reivindicações transitórias à estratégia da revolução socialista, mas também suas bandeiras e formulações se sobressaltam diante dos embates das massas contra a barbárie capitalista que avança. Não obstante, dramaticamente coloca para o proletariado e sua vanguarda a possibilidade dos capitalistas prolongarem a agonia de seu regime de exploração do trabalho por meio de catástrofes sociais, caso não se resolva a crise de direção.

O Comitê de Enlace tem a compreensão sobre a neces-

sidade de reconstruir a IV Internacional, trabalhando pela aplicação do Programa de Transição nas condições da crise mundial e nas condições particulares da luta de classes em cada país. As economias nacionais refratam a economia mundial. Com a manifestação do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre as fronteiras nacionais e o mercado internacional, torna-se mais evidente que a ordem mundial capitalista que desmorona se sobrepõe e determina a situação de todos os países. Assim entendemos o desenvolvimento dos acontecimentos na Bolívia, Argentina, Brasil e América Latina.

O Comitê de Enlace, por ser um embrião de reconstrução da IV Internacional, se move de acordo com a compreensão de seus limites organizativos e intervém com o Programa de Transição na luta de classes internacional. Contando com a possibilidade de a crise e os combates dos explorados constituírem uma nova geração de revolucionários e reagruparem o que resta de melhor da antiga.

O Comitê de Enlace chama a atenção para o estado avançado da crise política na Bolívia sob o governo do embusteiro MAS. Assinala a importância decisiva de apoiar internacionalmente o Partido Operário Revolucionário (POR) em sua tarefa de conquistar a direção das massas, objetivando levá-las ao poder pela revolução proletária. Coloca-se por fortalecer o trabalho de construção do partido marxista-leninista-trotskyista na Argentina e Brasil, bem como criar as condições para organizar a militância abnegada que desperta na América Latina sob o impacto da crise mundial.

Viva a reconstrução da IV Internacional, sob o Programa de Transição!

Trabalhemos pela superação da crise de direção!

10 de dezembro de 2011



Inviabilidade da Democracia

Reeditado este ano o texto de G. Lora que contém a tese da impossibilidade de florescimento da democracia burguesa nos países atrasados. Neste texto, Lora mostra como o atraso econômico, a superexploração e a submissão da classe dominante às potências, na fase de decomposição do capitalismo, inviabiliza regimes democráticos plenos e estáveis nos países semicoloniais.

O livro contém ainda uma série de artigos de Lora sobre o partido do governo (MAS), desde antes de sua ascensão ao poder. O POR já fazia o prognóstico que o governo do MAS seria burguês, não levaria à resolução dos grandes problemas nacionais e das nacionalidades indígenas, e fatalmente acabaria entrando em choque com as massas que o alçaram ao poder.

Estão reproduzidos também as resoluções dos dois últimos Congressos do POR, que avaliam a situação política e as tarefas decorrentes.

Resolução Internacional

(aprovada em 10/12/2011)

A crise capitalista prossegue e se aprofunda

1. A crise econômica de setembro de 2008 parecia que havia sido contornada com uma ampla intervenção financeira dos governos, principalmente dos Estados Unidos e das potências europeias. A burguesia esperava que vagarosamente o crescimento econômico avançasse, ganhasse estabilidade e deixasse para trás os perigos da recessão. Os bancos voltaram ao movimento especulativo, as Bolsas de Valores exibiram uma pequena recuperação e empresas multinacionais evitaram a continuidade da perda de suas lucratividades. Embora o mercado mundial estivesse motivado quase que exclusivamente pelo crescimento dos denominados “países emergentes”, tendo a China como carro-chefe, os indicadores diziam que os Estados Unidos saíam lentamente da brusca queda de 2008 e a Europa respirava sem ajuda de aparelhos de UTI, confiando numa tração da Alemanha. O ano de 2010 compareceu como o momento em que o enfermo transmitia a impressão que se convalescia. O que era um grande feito do capitalismo mundial, cuja queda indicava que seria mais profunda e duradora. Essa reação fez com que um setor da classe capitalista propagandeasse o fim da débâcle de 2008/2009. Certamente, não havia base para um otimismo exagerado, de forma que pesavam dúvidas quanto à reacomodação dos fatores das chamadas “bolhas” de crescimento e, conseqüentemente, dos oriundos da derrocada financeira. O Fundo Monetário Internacional foi obrigado a rever para baixo suas estimativas de crescimento dos Estados Unidos e Europa. As tendências recessivas se sobrepõem às de desenvolvimento econômico. É bem provável que, com novas intervenções financeiras dos bancos centrais das potências e com a exploração dos mercados dos países semicoloniais, a burguesia amenize por algum tempo a recessão. Não parece ser provável que se possa evitar a marcha da crise para uma futura depressão.

As manobras para tentar contornar a crise resultam em mais crise

2. O plano de proteção do sistema financeiro mundial implementado pelas potências não fez senão transferir a montanha de títulos podres para os Tesouros Nacionais. O socorro dos bancos centrais resultou em estatização de dívidas, grande parte contraídas por meio de especulação. Evitou-se que a falência do Banco Lehman Brothers se estendesse em cadeia dos Estados Unidos para a Europa. O alto dispêndio comprometeu a capacidade de ação conjunta dos Estados imperialistas. A impossibilidade da retomada econômica reduziu as margens de manobras dos países altamente endividados. O fato é que a estatização das dívidas adiou as quebradeiras e trouxe novos desequilíbrios. Os Estados já endividados se tornaram inadimplentes, em vias da inadimplência ou seriamente comprometidos em sua capacidade orçamentária. A dívida pública bruta global em



Greve geral em Portugal: o país é um dos mais afetados pela crise e onde as medidas são violentas contra a vida das massas

2010 atingiu 69% do PIB mundial, sofrendo um aumento de 14% em relação a 2008. Somadas as dívidas públicas e privadas tem-se o equivalente a 266% do PIB mundial. Somente as dívidas das potências equivalem a 61% do PIB global. Passaram de 26 trilhões de dólares em 2007 para 42 trilhões de dólares. Em prazo de poucos anos, houve a explosão de 16 trilhões de dólares. Em meio a esse gigantesco volume, a Irlanda e a Grécia se afundaram. O resultado seria de uma quebra bancária, que, desta vez, começaria na Europa e se estenderia para os Estados Unidos. Tratava-se da exposição do esgotamento de todo um processo de crescimento especulativo da economia norte-americana e europeia, uma vez que a japonesa já se encontrava estagnada. A corrida para evitar que a Grécia decretasse a falência e cessasse o pagamento de sua dívida impagável foi necessária para que não se rompesse um dos elos da cadeia da chamada “dívida soberana”. Logo se verificou o quanto grave é a exposição de Portugal, Espanha e Itália. A manutenção da pequena e insignificante Grécia, embora completamente carcomida pelo endividamento, foi e está sendo um imperativo para a sustentação da artificiosa União Europeia e da Zona do Euro. O Banco Central Europeu adquiriu bilhões de euros de títulos das “dívidas soberanas”. Ou se agia assim, ou importantes bancos franceses, alemães e ingleses poderiam se quebrar. Em realidade, a recompra de títulos rejeitados pelo mercado financeiro é emergencial e paliativa. Estima-se que os bancos europeus tenham um rombo de 200 bilhões de euros, que pode ser a ponta do iceberg. Os Estados Unidos tiveram de aumentar o teto da sua dívida pública em 2 trilhões de dólares, na situação em que esta equiparava a 100% do PIB de 2010 (14,5265 trilhões de dólares). Aí reside um dos principais fatores da desvalorização do dólar, da inflação mundial e dos desequilíbrios cambiais. Esse quadro de vertiginoso avanço das dívidas públicas e dos rombos



A Espanha enfrenta as consequências da crise: 25% da desempregados, e sem perspectivas de conseguir emprego. A greve geral tem sido o principal meio de luta.

que os bancos sofreram com a inadimplência da população e com a desvalorização da montanha de valores fictícios projetam a crise para um patamar mais elevado do que o de 2008.

A crise muda de forma

3. A crise que despontou em 2007 nos Estados Unidos, que eclodiu no segundo semestre de 2008 e que retornou em 2011, caracterizando-se por altos e baixos, demonstrou ser a mais grave após a Segunda Guerra mundial. Expressa uma sucessão de crises regionais que assinalaram sua amplitude internacional. O fato de terem sido contornadas, limitando o alcance das quebras industriais, comerciais e financeiras, não fez senão acumulá-las e projetá-las com maior envergadura. Nas suas bases, está a superprodução. Certamente, resulta em impasses de dívidas nacionais. Colocam a falência de países inteiros. Os países semicoloniais foram, no passado recente, os primeiros a manifestarem a débâcle das "dívidas soberanas". Os planos de estabilização do imperialismo, impostos aos países devedores, resultaram em duras medidas de entrega de parte dos patrimônios nacionais. Ao mesmo tempo, empurraram suas economias para a recessão, quebra de forças produtivas, demissões em massa e aumento da miséria dos trabalhadores. Um dos exemplos mais contundentes na América Latina foi o da profunda quebra sofrida pela Argentina. Mas com maior ou menor grau, o nosso continente pagou caro suas dívidas aos usurários internacionais. Ocorre que agora o processo de endividamento dos Estados se generalizou. Com extraordinária rapidez, os Tesouros das potências se mostraram abarrotados de títulos das dívidas públicas. É sintomático o que vem ocorrendo com a situação orçamentária e fiscal da União Europeia e, especialmente, da Zona do Euro. As regras do acordo de unificação monetária dos 17 países que a compõem caíram por terra. Não é preciso repetir o que ocorre nos Estados Unidos. O Japão que teve uma extraordinária ascensão depois de ter sido devastado pela guerra mundial, tornando-se a segunda potência exportadora, começou a

declinar sob uma gigantesca dívida e uma enorme reserva cambial. É importante compreender que a economia mundial se contorce na situação de anarquia do mercado. O nível de acumulação de capital, depois de a Segunda Guerra ter destruído uma enorme quantidade de riquezas, se converteu em um poderoso obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Estima-se que o volume total de ativos financeiros alcançou 212 trilhões de dólares, em 2010. O que significa várias vezes a produção de bens e serviços (equivalente a 70 trilhões do PIB mundial) Uma enorme parcela não tem como ser aplicada no incremento das forças produtivas. O excedente se valoriza por meio da especulação e aumenta o seu parasitismo. A burguesia força o endividamento da população. O limite se conhece quando sobrevém a inadimplência, a bancarrota dos negócios e a quebra de bancos. É o que se viu com o crescimento especulativo do setor imobiliário norte-americano e a derrocada da "subprime". Não por acaso, em 2008, se avaliou que o total de "créditos podres" mundial alcançou 3,6 trilhões de dólares – metade se encontrava em poder dos banqueiros e financistas dos Estados Unidos. Assim que a intervenção dos governos na crise de 2008 breou o desmoronamento do sistema financeiro internacional, a especulação voltou com força entre 2009 e 2010. Porém, as Bolsas novamente desabaram em agosto de 2011. Os aplicadores deslocaram seus capitais para os títulos da dívida pública dos Estados Unidos, cujas taxas de juros são baixíssimas. A instabilidade é tão vigorosa que o capital parasitário abandona o jogo lucrativo nas Bolsas para tão somente evitar grandes perdas. A economia norte-americana se encontrava (e se encontra) à beira da recessão, sua dívida pública lhe trouxe uma redução "da nota de risco de crédito", atribuída pela agência de classificação Standard & Poor's, e provocou uma contundente divergência entre os partidos Democrata e Republicano, mesmo assim era e é o porto mais seguro para o capital especulativo. A razão está em que a mais poderosa potência detém o monopólio de emitir dólar. O que tem feito copiosamente, provocando a desvalorização da moeda de referência e recrudescendo a guerra comercial. Uma das características da situação está em que as potências necessitam defender seu sistema financeiro e suas multinacionais a qualquer custo. O regime cambial ditado pelo Banco Central norte-americano tem sido motivo de medidas protecionistas, mostrando que as disputas de mercado se tornarão ainda mais ferozes. Nota-se que a atual etapa da crise mundial apenas muda de forma. Indica que as medidas aplicadas pela burguesia não apenas não a superou como a agravou. A quantidade se transforma em qualidade. O Estado burguês catalisou as tendências de desintegração para evitar a imediata quebra. No entanto, não tem como desviar o curso natural da crise que avança no sentido de destruição maciça de forças produtivas. Esse conteúdo fundamental se impõe, regido pelas leis de funcionamento do capitalismo. Apesar das ações da burguesia resultar em mudança nas formas da crise, impera a contradição entre as forças

produtivas e as relações de produção.

A crise expressa a fase imperialista, de desintegração do capitalismo

4. Agravam-se as contradições inerentes à crise estrutural do capitalismo. Entendemos por essa caracterização que a saída a ser dada pela classe capitalista à superprodução e à mega acumulação de capital não-aplicável é a de destruir maciçamente parcela das forças produtivas. Ou seja, a via da barbárie social. A crise de 2008 colocou essa solução. A burguesia e seus governos limitaram esse curso, que levaria a uma grande depressão. Os seus variados interesses resultaram em opções de política econômica de agigantamento das dívidas dos Tesouros e adiamento de quebras industriais, a exemplo do salvamento da General Motors. A falência do 4º maior banco norte-americano, Lehman Brother's, foi considerada um erro do governo que não se dispôs a recuperá-lo. Passou a vigorar a tese de que grandes bancos não podem quebrar, porque provocariam a depressão econômica. A garantia de sobrevivência da General Motors se deu sob a bandeira de que a mais poderosa potência não iria permitir a falência de uma de suas empresas históricas. Essa diretriz tem se viabilizado devido à abundância de recursos a serem despendidos pelos Tesouros nacionais. No entanto, evitar e contornar o curso da crise que inexoravelmente resulta em destruição de forças produtivas não significa superar a crise de superprodução. Os impasses que se manifestam em torno das "dívidas soberanas" e da "descapitalização" de bancos recolocam a crise de 2008 no leito de fechamento de postos de trabalho, de desativação comercial e de demissões em massa. A crise estrutural corresponde à etapa mais elevada e última do capitalismo, que é a do imperialismo. As crises cíclicas que se manifestaram como tendência do capitalismo em sua fase liberal (concorrencial) de criar excessivas riquezas e destruir parte delas para recomençar um novo ciclo de crescimento assumem novas e mais amplas dimensões na fase dos mono-



Uma das principais características das mobilizações e greves na Grécia tem sido a radicalização das massas e a repressão brutal. A Grécia expôs de forma mais clara a crise, que afeta todos os países da Europa.

pólios. É bom observar que as depressões econômicas do século XIX serviram à tendência natural de concentração e centralização de capitais. Lênin assinala que o nascimento dos modernos monopólios situa-se nos anos 1860-1870. E que seu inicial desenvolvimento foi impulsionado pela "depressão industrial internacional dos anos 1870-1880". A expansão econômica do final do século desembocou na crise de 1900-1903, período em que "os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica". A partir daí "o capitalismo se transformou em imperialismo". O que corresponde ao mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e a impossibilidade de avançar livremente, uma vez que se choca com a grande propriedade privada dos meios de produção. Eis por que prevalecem as tendências desintegradoras da economia sob a hegemonia do capital financeiro. As duas grandes guerras mundiais do século XX emergiram dessa lei econômica. É próprio da época da crise estrutural do capitalismo o conflito permanente entre as fronteiras dos Estados nacionais e o mercado mundial. As potências impõem seu domínio pelas armas, encarnam as tendências bélicas e provocam grandes conflagrações nas disputas por territórios.

A União Europeia se desintegra

5. O movimento de transferência dos títulos podres para os Tesouros nacionais esbarrou na sobrecarga das "dívidas soberanas". Os governos passaram a implantar programas de austeridade. As suas diretrizes são determinadas pelo capital financeiro. O déficit público tem de ser reduzido ao máximo para que os Tesouros continuem a pagar juros e saldar parte de sua dívida. A burguesia levou a população para além do limite suportável de endividamento, canalizou a ruptura do processo especulativo para seu Estado, ganhou como seu credor e agora precisa que este resolva o impasse descarregando-o sobre as massas. A quebra da Grécia, nesse sentido, é exemplar. O governo social-democrata colocou o País a serviço dos bancos alemães, franceses etc. Ao se verificar que a gigantesca dívida pública era impagável, as duas potências da Zona do Euro, apoiadas pelo FMI, impuseram o plano de ajuste fiscal, que ataca a vida dos explorados gregos. Revelou-se que a Grécia não passa de um brinquedo nas mãos dos banqueiros e da coligação franco-alemã. As dificuldades políticas do governo social-democrata e do Parlamento grego, que responde aos ditames da Alemanha e da França, vêm sendo enfrentadas com a polícia nas ruas. O FMI coloca abertamente o ultimato ao governo: que demita 100 mil funcionários públicos, de uma penada e reduza formalmente os salários. Não bastam as privatizações e os aumentos de impostos. Exige, inclusive, o fechamento de empresas estatais. É preciso combinar o cumprimento do arresto com o brutal arrocho na vida das massas (corte de aposentadorias, alta do custo de vida, diminuição de gastos com a saúde). De joelhos, o governo grego pede paciência e um pouco de clemência a Merkel e Sarkozy, enquanto reprime sem piedade as manifestações de rua. O mais estável dos países devedores, a Itália, expôs

uma soberania limitada. O Banco Central Europeu, portanto, a Alemanha e a França, confeccionou um plano de ajuste e o ditou para o 1º ministro Silvio Berlusconi: privatizações, reforma municipal, demissões, elevação da idade mínima para a aposentadoria, mais impostos, cortes de recursos para a saúde. A economia italiana há uma década enfrenta a estagnação, a produção industrial foi duramente afetada pela crise e suas exportações desabaram. É sobre essa base que a dívida de 120% do PIB se tornou uma ameaça para o sistema financeiro europeu. Portugal recorreu ao FMI, seguindo os passos da Irlanda e Grécia. A Espanha tem sido elogiada pela burguesia internacional por estar aplicando o receituário de redução do déficit orçamentário, às custas do mais violento ataque aos empregos, aos salários, aos direitos trabalhistas e entrega de patrimônios públicos. Nem a França e nem a Alemanha nadam em águas calmas, nem que dizer a Inglaterra. A burguesia francesa pretende se mostrar compenetrada do excesso de endividamento público de 81,4% do PIB e do déficit fiscal que atingiu 7,1% do PIB, quando não poderia ultrapassar os 60% e os 3%, respectivamente, previstos no acordo de Maastricht. Assim como as frações capitalistas da Itália, Espanha etc., a da França se encontra em posição de ataque à classe operária e aos demais assalariados. A Inglaterra, que não aderiu à Zona do Euro, sentiu os abalos da crise de 2008 e seu governo a tem descarregado sobre os explorados. A Alemanha, que mais proveito tirou da união monetária, garantindo suas exportações, e que manteve o rigor fiscal, não tem como evitar a sua derrocada, como parte da derrocada da Europa. É profunda sua dependência dos países que enfrentam a recessão. E seu sistema financeiro está intimamente entrelaçado à dívida geral dos Estados europeus. A União Europeia e a Zona do Euro foram concebidas justamente para enfrentar o estreitamento do mercado mundial e contornar o choque entre as fronteiras nacionais no velho continente. Não pôde disfarçar a hegemonia da Alemanha e da França, bem como da Inglaterra. A crise das “dívidas soberanas” incentiva a ambição de um governo franco-alemão por cima da Zona do Euro. O mais provável é que avancem as forças centrífugas da economia capitalista em decomposição e dos distintos interesses das frações burguesas.

A crise na maior potência

6. Nos Estados Unidos, as demissões em massa motivadas pela queda econômica de 2008, o alto índice de desemprego e a explosão da miséria não só perduram como tendem a se agravar. A ampla intervenção do Banco Central e do Tesouro não resultou em reversão do quadro de calamidade social. Verifica-se que a expansão dos gastos públicos para salvar bancos reduziu as margens de ação do Estado. A elevação do teto do endividamento para 16 trilhões afastou conjunturalmente a crise da “dívida soberana”. Não obstante, expôs as profundas contradições na economia da maior potência, bem como na da mundial. A burguesia norte-americana continua como grande exportadora de capital financeiro, portanto parasitário, e seu Estado se transformou

em grande importador. Importante parcela dos recursos internacionais sustenta o endividamento público norte-americano. Os países que acumularam reservas cambiais não encontram outra saída senão dispô-las ao funcionamento parasitário. A entrega das reservas de países como China e Brasil para a burguesia norte-americana sustentar os artifícios financeiros e o consumismo desenfreado, ao invés de expressar o progresso econômico, reflete a decomposição do capitalismo em sua última etapa imperialista. Discute-se se os Estados Unidos estão ou não em declínio, e se a China poderá ocupar seu lugar. Não há dúvida de que vêm recuando do ponto mais alto alcançado no pós-guerra quando confirmaram sua incontestável hegemonia econômica e militar. Esse processo não quer dizer que cederá lugar a outra potência. O declínio econômico e social norte-americano não corresponde a uma reestruturação do capitalismo mundial, mas sim à sua desintegração. As mais profundas e amplas consequências do capitalismo monopolista se manifestam concentradamente nas suas fronteiras nacionais. A gigantesca acumulação de capital-dinheiro em mãos da burguesia ianque e sua grandiosa exportação se sobrepujaram à produção. Está aí por que os economistas – críticos do retrocesso dos Estados Unidos – levantam a bandeira de volta à produção e à elevação da produtividade. Apontam a supremacia dos serviços como indicador do enfraquecimento da sua economia diante de países como a China. Teria de impulsionar a exportação de produtos industriais e equilibrar seu déficit comercial. A pré-falência da General Motors, que indicou a perda de posição da sua portentosa indústria automobilística, serviu e serve de medida para se verificar o bloqueio das forças produtivas movimentadas pela potência, embora encabece o mais novo ramo da informática. A indústria armamentista chega aos dias de hoje com uma desproporcional importância no quadro geral da estrutura industrial; e esta, por sua vez, perde relevância para os serviços. Ao contrário do que se apregoa, os Estados Unidos continuam a exercer a hegemonia de forma econômica e militar mais agressiva. As manobras táticas de



Os protestos chegaram à Rússia, com manifestações massivas contra a fraude eleitoral levada adiante pelo partido de Putin.

Obama por meio do denominado “multilateralismo” não contradiz essa constatação. É bem provável que os Estados Unidos tenham de transformar seus choques políticos e econômicos com a China em conflito bélico. O que é de interesse do conjunto do imperialismo, que necessita acelerar o processo de restauração capitalista nesse País e limitar sua ação na Ásia. A amplitude da crise, inevitavelmente, também, aumenta os atritos com a fração imperialista europeia. As disputas por mercado tendem a se elevar ao nível da guerra comercial. O plano Bush de intervir no Irã e estender o domínio norte-americano no Oriente Médio continua vigente, ainda que Obama o tenha tratado com mais cautela. Esse fenômeno expressa as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção em nível mundial, cujo carro-chefe são os Estados Unidos. Estão altamente desenvolvidas e não podem avançar livremente, de tão submetidas que estão à propriedade privada dos meios de produção, concentradas e monopolizadas a partir das potências. Eis por que o orçamento de Defesa dos Estados Unidos é superior ao do tempo da “guerra fria”. Boa parte do sofisticado desenvolvimento tecnológico está voltado para o armamentismo. É importante não perder de vista que o seu mergulho na crise ocorre na situação geral de desintegração do capitalismo parasitário. O montante do endividamento do Tesouro e a projeção de seu crescimento ditam a política econômica do presidente Barak Obama e desencadeiam a divisão interburguesa. É o que ocorre com o plano de ajuste fiscal que pretende reduzir, em uma década, 3,6 trilhões de dólares. Parece incompreensível e absurda a divergência entre Republicanos e Democratas em torno da taxa dos ricos. O máximo de ousadia dos Democratas é prever o aumento de arrecadação de 1,5 trilhão de dólares, obtida com a suspensão de reduções de impostos para os milionários. O programa de saúde obterá um corte de 580 bilhões

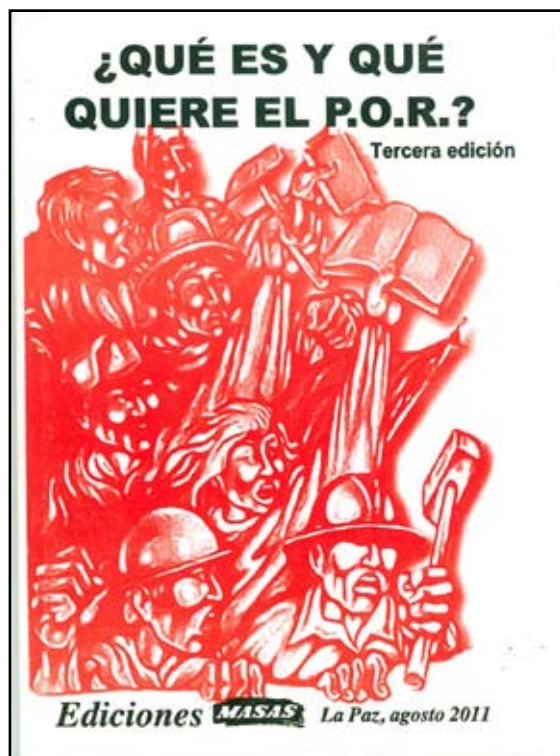


A marcha dos TIPNIS contra a construção da autoestrada pelo governo Morales teve apoio das populações das cidades, que realizaram protestos e se enfrentaram com a polícia.

de dólares. Ocorre que o domínio da oligarquia financeira não possibilita que o Estado limite o parasitismo e o orienta a descarregar a débacle sobre as massas. O diagnóstico de que a minoria burguesa concentrará uma riqueza de 87 trilhões de dólares em duas décadas, a um crescimento médio anual de 9%, mostra que os ricos ficarão mais ricos e os pobres mais pobres. Mas também mostra que o capitalismo acelerará a marcha de sua decomposição e evidenciará para as massas a necessidade da revolução social.

A crise e os “Brics”

7. O terremoto econômico e financeiro tem sido circunscrito às potências e aos países europeus de menor estatura. Os países considerados “emergentes”, China, Índia, Brasil, Rússia, África do Sul, não só parecem ter ficado à margem da derrocada como servido de escora de sustentação da economia mundial. Isso por que mantiveram taxas



O que é e o que quer o POR

A nova edição do folheto O que é e o que quer o POR traz uma síntese de seu programa, um breve histórico do partido e suas principais formulações programáticas e organizativas.

A concepção de partido-programa, a caracterização do país, o internacionalismo proletário, a tática proletária e a aplicação do Programa de Transição à realidade concreta do país, a caracterização das classes sociais, as particularidades nacionais, a formação e desenvolvimento da classe operária dirigente da revolução.

A organização leninista de partido centralizado e organizado em células, a combinação do trabalho legal e ilegal, a disciplina militante, a elaboração coletiva do programa e da linha política.

A publicação traz também as resoluções da Conferência Nacional de 2011, com a avaliação da situação política e as tarefas decorrentes.



Na Síria, o governo Assad enfrenta protestos com dura repressão. Os organismos do imperialismo preparam um ataque militar, com apoio de governos pró-imperialistas no interior da Liga Árabe.

positivas de crescimento e funcionaram como escoadouro para o capital internacional. Na realidade, a somatória dos PIBs e da participação no comércio mundial desses cinco países está longe de ter um peso capaz de determinar os rumos dos acontecimentos. Dentre eles, destaca-se a China com sua acelerada industrialização e vultosa exportação de manufaturados e importação de matérias-primas. O mais importante reside no processo de restauração capitalista que movimentou as forças produtivas, utilizando-se da vasta mão-de-obra, da potencialidade do mercado interno, das possibilidades dos baixos custos de produção e do próprio isolamento econômico imposto pela burocracia governamental. A reincorporação da China e Rússia às relações burguesas de produção e comércio serviu e vem servindo de respiro para o capitalismo em declínio. Nesses países, ocorre um movimento de recuo na liberação das forças produtivas, iniciada pelas revoluções sociais que substituíram a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade coletiva. Interrompeu-se o processo de transição do capitalismo para o socialismo. As possibilidades de retorno da exploração do trabalho de um gigantesco contingente humano e a ativação de um mercado envolvendo cerca de 1,5 bilhão de pessoas permitiram às potências nos últimos trinta anos contornarem a crise estrutural. Evidentemente, a China de todos os países que atravessam a restauração é a que deu lugar a uma fulgurante industrialização e urbanização de uma massa camponesa que sobrevivia no mais profundo atraso. A burocracia totalitária, em que se converteu o Partido Comunista Chinês, se utilizou e se utiliza da economia estatizada para administrar a penetração do capital imperialista e impulsionar a “economia de mercado”. Trata-se de uma particularidade de restauração capitalista nesse País. O desabamento econômico-financeiro, iniciado em 2008, trouxe à tona a crise estrutural e estabeleceu limites para o crescimento chinês. Não há como manter a

ofensiva de conquista de mercados para suas manufaturas sem esbarrar nos interesses das potências. As tendências recessivas impulsionam a guerra comercial. As contrapartidas pleiteadas pelo imperialismo vão no sentido do governo chinês dinamizar as privatizações, liberar a penetração das multinacionais e abrir seu imenso mercado. As pressões sobre a política cambial têm por base essas exigências. Também não se pode aturar a ofensiva chinesa de controlar fontes de energia e promover exportação de capitais, características que correspondem apenas aos países imperialistas. As potências reservam para a China o lugar de uma semicolônia, assim como para a Rússia. O fato de seu PIB alcançar o segundo lugar mundial não significa que deixou para trás o atraso, típico dos países semicoloniais de baixa renda per capita e destituído de um portentoso sistema financeiro exportador de capitais. O mundo não só se encontra partilhado entre as potências como também a partilha, advinda da segunda guerra mundial, está esgotada. Tanto a China quanto a Rússia se reincorporam ao capitalismo no quadro desse esgotamento.

Maior submissão das semicolônias

8. A importância de países como Brasil e Índia se manifesta não tanto pelo grau de desenvolvimento industrial, mas principalmente pela potencialidade do mercado interno e por serem fontes de matérias-primas e produtores de commodities. O capital imperialista incentivou essas economias em busca de proteção à taxa de lucro que tende a cair. Como importadores de capital, favorecem o parasitismo. O estreitamento do vínculo da burguesia nacional com a internacional tem aumentado a interdependência entre as nações oprimidas e as opressoras. As multinacionais se valem do rebaixamento das fronteiras nacionais e da maior integração dos mercados internos com o externo. Verifica-se que o impulso econômico na última década esteve determinado pela gigantesca invasão de capital externo. Evidencia-se o escandaloso avanço da desnacionalização. Não por acaso, as Bolsas de Valores do Brasil e Índia têm se constituído em canais de invasão financeira, submetidas aos ditames de Wall Street. As suas portentosas dívidas públicas permitem a agiotagem internacional. Como importadores de manufaturados e exportadores de commodities, não há como desenvolver a indústria nacional. Em contrapartida, aumenta o peso dos setores de serviços, de acordo com os interesses do capital financeiro e comercial. O Brasil e a Índia carregam em suas entranhas um vasto contingente de pobres e miseráveis. Nos melhores momentos de crescimento econômico, é quando melhor se constata a inviabilidade de superação da miséria crônica de milhões. O capital altamente concentrado e desnacionalizado bloqueia o livre desenvolvimento das forças produtivas. Os ramos que possibilitam a alta lucratividade rapidamente se subordinam às multinacionais e se hipertrofiam. E aqueles de interesse nacional, necessários à vida social, mas pouco lucrativos, são cerceados. Em resumo, a subordinação das semicolônias ao imperialismo

as torna mais frágeis perante a crise mundial, e não o contrário.

Manifestações da crise na América Latina

9. Na América Latina, a taxa de crescimento de 6,1% do ano passado não poderá ser sustentada em 2011. A previsão do FMI é de que caia para 4,5%. Prevalece, portanto, a tendência de retração. O impulso verificado na última década, calcado na exportação de matérias-primas e produtos agro-pecuários, tem perdido força em razão da freada mundial. Certamente, o seu impacto não será uniforme, mas todos os países do continente serão arrastados pelo turbilhão da crise internacional. Caso os países importadores das commodities latino-americanas sofram uma queda profunda, provocarão bruscas mudanças nos países de maior dependência desse comércio. Esse horizonte se apresenta diante da desintegração econômico-financeira das potências, e da impossibilidade da China manter o alto crescimento. O mercado de commodities é controlado pelo grande capital e está sujeito a abruptas oscilações de preços, determinados em grande medida pela especulação. A queda nos superávits comerciais dos países exportadores de matérias-primas já vem ocorrendo. Nota-se um crescente desequilíbrio entre as importações de produtos manufaturados e insumos industriais com as exportações. As transações comerciais da América Latina semicolonial se encontram inteiramente condicionadas pelo capital financeiro das metrópoles. Não há como sustentar a ilusão de que a América Latina ganhou certa autonomia diante dos Estados Unidos e demais potências. Pelo contrário, reforçou sua condição de continente importador de capital financeiro e de penetração das multinacionais. A avaliação de que a crise do endividamento da década de 80 foi superada com os planos de ajustes dos anos 90 e que agora se encontra em melhores condições de enfrentar a tormenta mundial desaba. Os velhos problemas voltam e se potenciam com os novos. As dívidas públicas e a sangria dos Tesouros nacionais se reapresentam. Mas numa situação distinta em que os países não têm as estatais para serem entregues. Desponta a dificuldade de garantir superávits primários. Aumentam os riscos dos déficits em conta-corrente. O câmbio perde estabilidade. A grande emissão de dólares pelos Estados Unidos e a corrida especulativa em torno da moeda expõe a situação caótica da economia mundial, no seio da qual a América Latina está imersa. Os movimentos bruscos do capital financeiro à procura de proteção contra as perdas e de valorização golpeiam e golpearão a economia real do continente. As consequências para as relações internas dos países latino-americanos se agravam. Impõe-se a guerra-comercial. Verifica-se o crescimento dos choques entre suas fronteiras nacionais, enquanto o capital internacional atua por cima delas avultando as contradições. O imperialismo descarrega a crise sobre o conjunto do continente e os países mais fortes, por sua vez, descarregam sobre os mais fracos. Quanto mais a crise econômico-financeira se acirra, mais as frações da burguesia, presas às fronteiras nacionais,

pressionam seus Estados a protegê-las e a sacrificar os demais concorrentes. Um dos sintomas comparece no conflito comercial entre Argentina e Brasil. Os dois mais importantes países da América do Sul, que recorreram a um acordo aduaneiro (Mercosul) para rebaixar as fronteiras nacionais, passaram a agir no sentido contrário nos últimos anos. O predomínio do Brasil nessa parte do continente ganhou gigantescas proporções. De maneira que, nas relações de interdependência, leva vantagens, e com elas, em última instância, favorece os interesses das multinacionais. Os conflitos pontuais tendem a se generalizar e a se tornar mais difíceis de administração “cooperativa”. O grande capital internacional se vale das diferenças no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Os interesses particulares das frações burguesas, por sua vez, impossibilitam unificar as economias e fortalecê-las em detrimento do saque imperialista. Pretendeu-se uma aliança do Brasil com a Argentina, concebida pelo Mercosul, para exercer uma hegemonia nessa parte do continente e contrabalançar as pressões dos Estados Unidos por um bloco sob seu comando. A recuperação econômica incrementou as transações entre os países latino-americanos e, particularmente, entre Brasil e Argentina. Esse processo entrou em declínio desde 1999, com a desvalorização do Real no Brasil. As medidas protecionistas, ainda que limitadas a alguns setores, refletem as tendências mais profundas de desintegração econômica. Em lugar do pretendido estreitamento dos laços das economias semicoloniais, manifestam-se as forças centrífugas. O capital imperialista que atua por cima dos Estados nacionais impulsiona e explora a fragmentação. Depois da brutal crise do endividamento argentino, em 2001, que o levou à moratória, que colocou as massas nas ruas e que derrubou governos, o País retomou o crescimento e amenizou a crise social. Nem bem parecia deixar para trás os tormentosos conflitos, recolocam-se os fatores da crise. O impasse político de janeiro de 2010 entre o governo de Cristina Kirchner e o Banco Central expôs a retomada do peso da dívida pública. O governo teve de lançar mão de todo seu poder institucional para utilizar as reservas do Banco Central para pagar parte da dívida argentina. A inflação em



No Chile, os estudantes têm sido protagonistas de grandes mobilizações reivindicando ensino público.



Marcha dos TIPNIS na Bolívia tem amplo apoio da população das cidades.

alta e o desequilíbrio cambial incentivam os choques interburgueses. Verifica-se, também, no Brasil uma trajetória semelhante. Certamente, com maior impacto na América do Sul em razão de seu peso econômico. O curso dos novos desequilíbrios indica o ressurgimento de velhos problemas: desaceleração econômica, sangria do endividamento público, expropriação inflacionária dos salários, alta do custo de vida, aumento do desemprego e miséria das massas. As frações burguesas puseram em andamento medidas de ataque à vida dos explorados, sob a orientação do imperialismo. A ascensão de governos nacional-reformistas, ou pseudo-reformistas, em países como Venezuela, Bolívia e Equador, estabeleceu uma distinção pelo fato de levantarem as bandeiras de controle das fontes de matérias-primas, desapropriações com indenizações e estatizações. A Venezuela se destaca por seu maior desenvolvimento econômico. Foi mais longe com as medidas estatizantes, envolvendo ramos industriais e comerciais. Esboçou uma mini reforma agrária. Eis por que Hugo Chávez emergiu como ideólogo da “Revolução Bolivariana” e como liderança para constituir um bloco com os aliados. Essa diretriz o levou a se aproximar de Cuba e a estabelecer laços econômicos com a China, Rússia e Irã. A retórica nacionalista e antiamericana condimentou as limitadas medidas estatizantes. A crise, não obstante, demarcou a pseudo-soberania da Venezuela. O petróleo não está sob o seu total controle. A dependência ao capital financeiro é tão grande quanto antes. Não se solucionou a drenagem do Tesouro provocada pela dívida pública. A sabotagem burguesa impossibilitou a liberação das

forças produtivas. O alto custo de vida continua a vergastar os explorados. A tentativa de aglutinar um setor da burguesia interna em torno do capitalismo de Estado e limitar o outro setor oligárquico e vinculado ao imperialismo já não pode progredir. O capital financeiro, a grande propriedade dos meios de produção e a influência das petroleiras decidem a vida econômica e social da Venezuela. Portanto, não há como o estatismo burguês defender a semicolônia da crise e das portentosas pressões do capital internacional. O governo da Bolívia – país profundamente mais débil do que a Venezuela – em pouco tempo revelou os pés de barro do seu socialismo indigenista. A política de incentivo às divisões das nacionalidades e entre os camponeses e a preservação do poder latifundiário não se diferencia dos governos burgueses anteriores. Está aí por que Evo Morales não pode conter as lutas no campo e na cidade senão com o exército e a polícia. O fracasso do pseudo-reformismo serve ao imperialismo e às frações da burguesia latino-americanas perfiladas atrás das multinacionais. Essas se aproveitarão dos espólios. A desilusão das massas sem que haja um partido revolucionário em seu seio se converterá em combustível para a reação. Na Bolívia, o Partido Operário Revolucionário poderá se potencializar no caso de assumir a direção física dos explorados. Na Venezuela, a crise de direção se manifesta exasperadamente – exige a constituição do partido marxista-leninista-trotskista. Os vários grupos revisionistas dão provas de sua incapacidade por se afastarem do Programa de Transição da IV Internacional. Certamente, não se trata de um problema particular desses países. A crise de direção é generalizada. Mas é importante identificá-la e compreendê-la nas condições concretas da crise convulsiva que vem ganhando corpo na América Latina. Destaca-se, na situação de crise na América Latina, o avanço da restauração capitalista em Cuba. As reformas do castrismo abrem as portas para os negócios burgueses e para a ruptura na economia estatizada. Por mais que se justifique a abertura da economia para atividades privadas, mudanças no funcionamento do Estado e demissões em massa de servidores públicos, com o argumento de que a crise econômica exige e que as medidas são compatíveis com a manutenção da propriedade estatal, a verdade é que o imperialismo vem impondo progressivamente a destruição das conquistas revolucionárias. Ou a classe operária cubana, apoiada no proletariado internacional, reage contra a restauração e caminha para a revolução política, ou o capitalismo tomará conta da ilha. Para isso, é necessário constituir o partido internacionalista. A defesa de Cuba, evidentemente, não cabe apenas ao proletariado e campesinato cubanos. O proletariado latino-americano e sua vanguarda organizada têm enorme responsabilidade e importância na luta de vida e morte contra a reintegração de Cuba na ordem capitalista. A estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina é decisiva para unir o proletariado contra as burguesias nacionais e o imperialismo. Esta é a condição para organizar um amplo movimento antiimperialista de defesa da independência nacional e de defesa da revolução cubana.

Os levantes do norte da África e Oriente Médio

10. No âmbito da crise mundial, se projeta a ação das massas no Norte da África e Oriente Médio. As revoltas populares que se iniciaram na Tunísia, em dezembro de 2010, se dirigiram contra ditaduras e monarquias árabes. Os explorados se lançaram instintivamente à derrubada de regimes esgotados, cujas longas existências não reservaram à população senão a pobreza, miséria e opressão. Todos esses governos se identificam com os interesses do imperialismo. As ditaduras e monarquias são regimes da feudal-burguesia árabe, que sujeitou as nações oprimidas ao imperialismo. Com movimentos insurrecionais e com o sacrifício de centenas de vidas, a população derrubou os ditadores Ben Ali e Hosni Mubarak. No Bahrein, Iêmen e Síria os massivos conflitos de rua perduram há meses, com derramamento de sangue. Na Líbia, a derrubada de Muamar Kadafi custou milhares de vidas. Tudo indica que tais revoltas acabarão por se estender a outros países árabes. O avanço dos combates contra tais governos resultará no isolamento e o enfraquecimento da mais poderosa monarquia petrolífera – Arábia Saudita. Os maiores obstáculos contra a ampliação das revoltas populares se manifestaram e se manifestam no seio dos levantes de cunho democrático. Não estão presentes os partidos revolucionários. Não há uma direção cujo programa é o da revolução proletária que materialize o ódio das massas às ditaduras e às monarquias em objetivos definidos. A pequena burguesia urbana, camadas da classe operária, populares e a juventude se levantam como protagonistas da revolução, mas a colocam nas mãos das direções burguesas e pequeno-burguesas. Atuam decisivamente no seio dos oprimidos as organizações islâmicas, cujo nacionalismo se mostra incapaz de liquidar a feudal-burguesia árabe e conclui como contrarrevolucionário. Está aí por que essas direções limitam o levante a afastar o ditador ou o monarca e a adaptar ao regime traços da democracia burguesa. A subordinação do movimento revolucionário à estratégia da democracia formal contrapõe-se à revolução democrática como ponto de partida para destruir o poder da feudal-burguesia e romper a opressão imperialista. Em nenhum dos conflitos, surgiu um embrião de governo revolucionário no seu interior. Pelo contrário, as direções os canalizaram para reestruturar o poder do Estado por meio de limitadas eleições, que serão disputadas pelas forças da ordem capitalista. Na Tunísia, o ditador abandonou o poder e dele se ocuparam a oposição burguesa em aliança com setores do velho regime. No Egito, os militares que nas primeiras horas do levante desfecharam a violência contrarrevolucionária afastaram o autocrata, constituíram uma junta governativa e prometeram eleições. Assim, foi interrompido o curso da revolução democrática. As direções se conformaram à situação, esperando avançar as negociações e as concessões dos governos tidos como transitórios. Esses acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários comprovam as conclusões históricas do marxismo de que não é possível o triunfo de uma revolução democrática, nas condições do capitalismo imperialista, sem que seja parte

da revolução proletária. As massas desencadeiam levantes heróicos contra os regimes opressores, mas não podem por si só liquidá-los. Os passos progressivos e valentes dados em direção ao poder se dissolvem perante o Estado burguês, em cuja base se encontram as relações capitalistas de produção, a grande propriedade e a exploração trabalho. A maior tragédia dos levantes do Norte da África e Oriente Médio não está no derramamento de sangue - inevitável em qualquer revolução -, mas sim na entrega do poder aos próprios opressores. Sem dúvida, as massas aprenderão com essa experiência e se dirigirão à tarefa de construir uma direção à altura de levá-las ao poder. O que não se pode é inventar uma revolução sem conteúdo de classe e sem a direção correspondente. O entusiasmo pequeno-burguês exalado pelas distintas variantes do revisionismo obscurece o problema fundamental da crise de direção e do programa. Na Líbia, o caminho que tomou o levante original em Benghazi se distinguiu do da Tunísia e Egito pelo fato do imperialismo intervir militarmente no País. A intervenção na Tunísia e Egito se deu pela via das negociações políticas. Os Estados Unidos convenceram os militares a afastarem os ditadores e se colocarem por reformas no regime esgotado. Contaram, para isso, com a colaboração das direções oposicionistas. A estrutura de poder na Líbia e a histórica conformação do regime autocrático não permitiram o afastamento de Kadafi por meio de pressões políticas e de ações dos militares líbios. Não resta dúvida, porém, que o governo líbio não chegou ao ponto do servilismo tunisiano e egípcio, embora colaborasse com o imperialismo. Não é preciso repisar que a Líbia é importante por sua fonte de petróleo e por sua posição estratégica. O objetivo da intervenção militar é o de constituir um governo não só pró-imperialista mas totalmente subserviente. Se a situação permitir, implantará um regime títere. Tudo indica que essa é a via de maior probabilidade. A oposição líbia chega ao poder guiada pelas mãos de Obama, Sarkozy e Cameron e tutelada pela máquina de guerra da OTAN. Tanto na Tunísia e Egito quanto na Líbia esteve e está colocada a defesa da autodeterminação das nações oprimidas. A intervenção do imperialismo, seja indireta ou direta, viola o direito dos povos resolverem



Irã está na mira do imperialismo: pretextos estão sendo armados para justificar intervenção militar contra o país atrasado.



Governo de Hugo Chávez reprime protesto. Antes as manifestações se restringiam àquelas manejadas pelos grupos capitalistas afetados com suas "reformas". A crise o empurra a se chocar com as massas.

seus problemas, portanto, por protagonizarem a história com suas próprias forças. Ocorre que a intervenção política na Líbia assumiu a forma plena da ação imperialista, que é a da intervenção armada. A aliança da oposição, que constituiu o Conselho Nacional Transitório (CNT), com o imperialismo levou às últimas consequências a quebra da autodeterminação. A intervenção externa foi decisiva para a derrubada de Kadafi. O movimento originariamente democrático deu lugar a uma sanguinária ação bélica das potências. Esse percurso expôs de forma brutal a crise de direção. A oposição organizada desde Benghazi se mostrou incapaz de rechaçar a "ajuda" do imperialismo e assim submeteu o levante e o ódio dos explorados à condução dos carniceiros do mundo. Não é possível uma revolução democrática em qualquer país semicolonial sem que tenha como ponto de partida a conquista da independência nacional frente ao imperialismo. A defesa da autodeterminação está na base do programa proletário para as nações oprimidas. Nenhuma força burguesa ou pequeno-burguesa, por mais radical que seja em seus planos democráticos, pode dirigir o movimento das massas para romper com o imperialismo e conquistar a plena autodeterminação. A defesa das tarefas democráticas e da democracia revolucionária assumida pelas massas na luta de classes é necessária para colocar na ordem do dia o programa de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e tomada do poder pelo proletariado. Os levantes populares não puderam assumir esse programa não porque objetivamente não estivesse colocado, mas sim porque as direções burguesas e pequeno-burguesas impossibilitaram. Ao contrário da avaliação existida da tal da "revolução árabe" e da "primavera árabe", é necessário encarar os fatos com a severidade do programa e com a seriedade da constatação da crise histórica de direção aberta com o revisionismo estalinista e com a destruição da III Internacional.

A resposta da burguesia: barbárie social

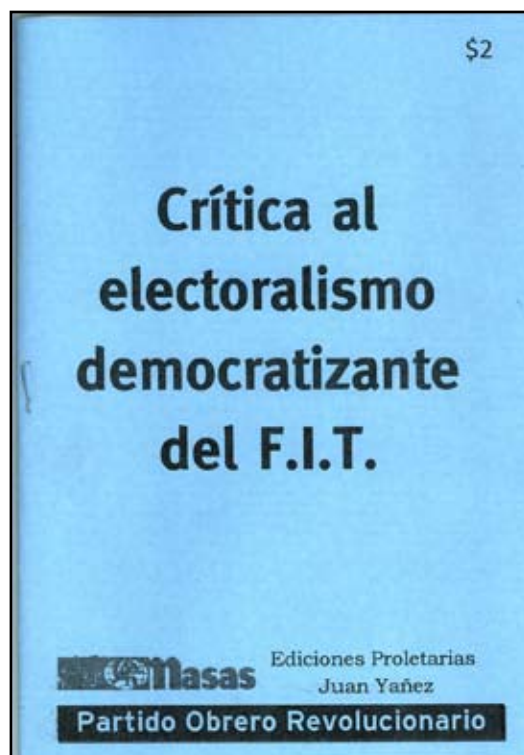
11. A classe operária internacional está diante de uma situação de ataque generalizado às suas condições de exis-

tência. Em crises anteriores a esta, ocorridas no pós-guerra, a burguesia lhe impôs duros sacrifícios, principalmente com o desemprego massivo. Desde a recessão da década de 70, vem se agravando o desemprego e a situação de vida das massas. Criou-se a expectativa na década passada de redução do desemprego mundial. E os organismos do imperialismo se deram ao luxo de estabelecer metas para o milênio de diminuição da pobreza absoluta. Evidentemente, direcionadas aos países semicoloniais. Essas manobras da burguesia internacional para amenizar as mais violentas chagas do capitalismo, que são a fome e o desemprego de milhões, desabam diante da necessidade de destruir maciçamente forças produtivas. A crise estrutural põe em evidência a contradição entre a acumulação de riquezas em poder da minoria capitalista e a vasta pobreza e miséria da maioria proletária e camponesa. Mesmo a pequena burguesia urbana, que usufruiu do crescimento econômico, sofre com a tendência geral de empobrecimento da maioria explorada. Somente uma estreita camada da classe média alta se sente protegida. Já era gritante o contingente de pobres e miseráveis nos Estados Unidos. O desmoronamento econômico iniciado em 2007 provocou um salto brusco no desemprego e nos indicadores de miserabilidade. Os dados oficiais computam 46,2 milhões de pessoas imersas na pobreza. Em prazo de um ano, de 2009 para 2010, houve um aumento de 14,3% de norte-americanos empurrados para abaixo da linha pobreza. A taxa de desemprego de 9,1% combinada com o rebaixamento salarial e precarização do trabalho são responsáveis pelo empobrecimento generalizado da população. O aumento da taxa de exploração e a proteção estatal ao patrimônio dos ricos, bem como a voracidade do capital financeiro, resultaram que 1% dos ricos tem o controle de 11% da renda total. O desemprego na Europa vem crescendo a passos largos. São 22,7 milhões de europeus sem trabalho (mais de 10%). A taxa de 21,2% na Espanha – cerca de 5 milhões – pode crescer ainda mais. A Grécia que tinha a taxa de 8% em 2007 exibe 15% em 2011. Uma grande parcela dos desempregados europeus se concentra na juventude. Os dados da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o desemprego se manifesta vigorosamente nos países capitalistas mais adiantados, incluindo as potências e um conjunto de países semicoloniais, que formam o G20. Estima-se que, se a desaceleração permanecer por mais tempo, os 20 milhões de postos de trabalho fechados na crise de 2008 poderão dobrar. Essa situação reflete o bloqueio das forças produtivas e a marcha de sua destruição. Os explorados e a juventude recorrem à ação direta – método da luta de classes do proletariado – para se defenderem. Confrontam-se com as medidas governamentais de proteção à classe capitalista e de sacrifício da população. A Grécia tornou-se um palco de choques permanentes. De um lado, o governo social-democrata de George Papandreou aplica as medidas ditadas pelos credores; de outro, a população resiste com greves e manifestações. A violência policial é o que resta ao governo para conter o desespero dos gregos. A

democracia revela-se como ditadura de classe da burguesia. Essa situação de luta de classes não é particular da Grécia. Manifesta-se na França, Itália, Espanha, Portugal, Inglaterra, Irlanda, Escócia e Polônia. Observa-se que a pequena burguesia, diante do desemprego, do rebaixamento salarial e de perda de direitos sociais, se exaspera e recorre às ruas. Sem perspectiva de trabalho, a juventude toma iniciativas de confronto com os governos. O proletariado em vários momentos da crise ensaiou intervir no processo de lutas sociais. Tem protagonizado protestos e greves. A burguesia intensifica a repressão, procurando limitar a extensão dos movimentos e compatibilizá-los com a democracia. Conta com o gigantesco bloqueio político imposto ao proletariado pela burocracia sindical. As manobras para desarmar a greve geral na França, em setembro de 2010, contra a reforma antipopular de Sarkozy, submetendo-a a decisão final do Parlamento, evitaram um confronto de classe contra classe. As greves gerais convocadas na Espanha e Portugal, por tempo determinado, em setembro e novembro de 2010, não tiveram como colocar o proletariado na frente das lutas de resistência da pequena-burguesia. Mas o fato da burocracia sindical ser obrigada a convocar movimentos grevistas de tal envergadura na Grécia, França, Portugal e Espanha reflete o descontentamento generalizado dos trabalhadores e da juventude. Sem que o proletariado encabece a luta de classes com um programa próprio não há como evitar que os capitalistas imponham seus planos. A resistência da pequena burguesia tem de confluir com o movimento operário e colocar-se sob sua direção. As reivindicações pontuais e as lutas particularizadas não alcançam potencialidade para enfrentar a crise estrutural do capitalismo, as tendências da barbárie social e a imperiosa necessidade dos governos burgueses de procurarem as saídas por meio da destruição de forças produtivas.

A resposta das massas à crise

12. O proletariado mundial e o conjunto das massas oprimidas se encontram perante o esgotamento histórico do capitalismo. O marxismo-leninismo-trotskismo caracteriza a fase última do capitalismo imperialista como de revolução e contrarrevolução. Não há lugar para uma reforma estrutural da sociedade burguesa que se desintegra sob a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial. As reivindicações mais elementares dos explorados não podem ser atendidas. Pelo contrário, os capitalistas estão obrigados a destruir velhas conquistas sociais. O gigantesco exército de desempregados e o mar de miséria tendem a crescer, embora em determinadas circunstâncias pareçam arrefecer. A crise que se avoluma desde 2007 vem modificando quantitativo e qualitativamente as condições de existência das massas. Prova disso é a enorme regressão nos empregos, salários, saúde, educação e previdência, que ocorre nas potências. O contingente de desempregados, subempregados nos países que saqueiam o mundo vem inchar o batalhão crônico de pobres e famintos típico das semicolônias. A estatização dos títulos podres de banqueiros e investidores e as medidas do Tesouro nacional para proteger os mais poderosos grupos econômicos dão a noção exata do grau de parasitismo a que chegou a economia capitalista. As necessidades mais elementares dos explorados convergem para o programa proletário de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e estatização revolucionária. Uma das primeiras medidas para proteger os empregos e os salários é o cancelamento de toda dívida pública, o que implica estatizar sem indenização o sistema financeiro. As reivindicações transitórias de escala móvel das horas de trabalho e de reajuste salarial são as consignas que de fato defendem a força de trabalho. É fundamental contrapor-se às medidas

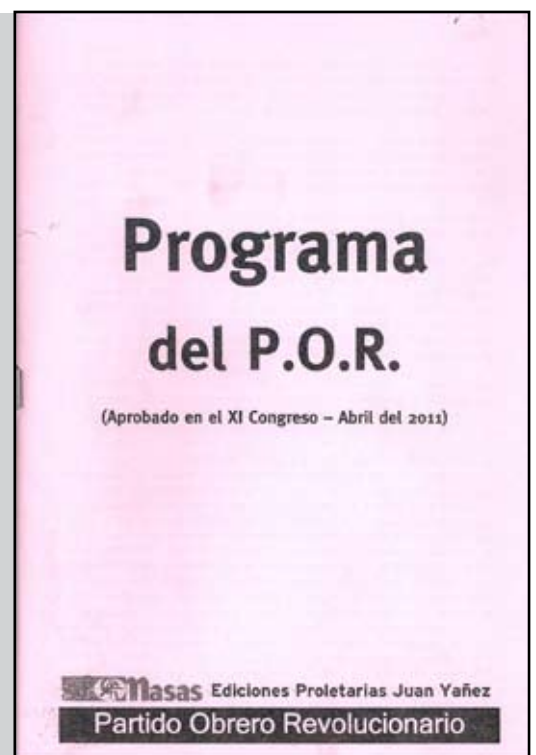


Crítica ao eleitoralismo democratizante da FIT

O POR argentino traça uma crítica de toda a trajetória da adaptação das esquerdas à restrição da legislação eleitoral.

Programa do POR argentino

A organização argentina dá um importante passo na construção do partido-programa em seu país.





O assassinato de Bin Laden levou a protestos em várias partes do mundo.

reacionárias de estatização dos prejuízos do sistema financeiro com o programa de transição para o socialismo. A recente propaganda de que a maior unificação dos mercados era a condição para o desenvolvimento integrado e geral das nações se esfumaça. O capitalismo desaba em todas as latitudes por excesso de acumulação de riqueza e de centralização pelo G-7. A tão elogiada globalização se resumiu, em grande medida, a um enorme movimento do capital financeiro parasitário. As nações semicoloniais se encontram mais subservientes ao domínio do capital financeiro, resguardado pela máquina de guerra dos Estados Unidos e aliados. As guerras de ocupação contra o Afeganistão e o Iraque, bem como a intervenção militar na Líbia, são manifestações das tendências bélicas da chamada globalização. A ação do Pentágono na “guerra ao terrorismo” é parte dela. Corresponde à necessidade do imperialismo de esmagar qualquer forma de resistência das nações oprimidas. Não se pode aturar nenhum tipo de nacionalismo e de restrição à liberdade do capital internacional. A implantação do Estado sionista de Israel por meio de guerras e a violência permanente contra os palestinos seguem essa ordem. Os Estados Unidos decretaram que não há lugar para a autodeterminação das nações. Exercem seu domínio jogando uma nação contra outra, a exemplo da Arábia Saudita contra o Irã, da Índia contra o Paquistão. Incentivam as rivalidades étnicas e se utilizam das divisões internas aos países semicoloniais para impor governos títeres. Está aí por que o capitalismo imperialista dá lugar à rebelião de nações oprimidas. A tarefa de independência nacional tem importância estratégica e ganha concretude perante os levantes e com a consequente intervenção das potências. A luta de classes do proletariado e a resistência nacional antiimperialista expressam a época de revolução e contrarrevolução. A tática da classe operária é impulsionar a Frente Única Antiimperialista, aliança das massas oprimidas sob a sua direção.

Superar a crise de direção, reconstruindo a IV Internacional

13. A restauração capitalista que destruiu a União Soviética e abriu caminho para que o imperialismo recupe-

rasse o terreno perdido para as revoluções do século XX é, inegavelmente, um triunfo da contrarrevolução. A crise que levou à Segunda Guerra Mundial desenvolveu o germe do socialismo nacional estalinista e conduziu à liquidação da III Internacional. Não houve como a Oposição de Esquerda Russa, liderada por León Trotsky, derrotar as forças da burocracia revisionista que se aglutinaram em torno da tese do “socialismo em um só país”. As condições históricas não permitiram libertar o proletariado das direções estalinistas e social-democratas por meio da construção da IV Internacional. Mas possibilitaram à fração internacionalista minoritária responder programática e politicamente ao capitalismo decadente e ao processo contrarrevolucionário restauracionista. A vitória de Stálin contra a Oposição trotskista arrancou pela força o único obstáculo que resistia à política restauracionista. Vivemos três décadas de desmoronamento das conquistas revolucionárias do proletariado mundial. O fim da denominada “Guerra Fria”, simbolizada na derrubada do muro de Berlim, 1989, foi apresentada pelo imperialismo como início de uma nova harmonização das nações, de paz e de progresso mundial. O resultado se espelha na derrocada mundial da economia, no fabuloso Orçamento de Defesa do governo Obama, nas guerras de ocupação. O problema fundamental radica na integração dos partidos comunistas estalinizados na ordem capitalista e na liquidação das direções revolucionárias que emergiram no caldeirão da Revolução Russa e que edificaram a III Internacional. A crise de direção se manifesta dramaticamente em meio à crise estrutural do capitalismo. A classe operária mundial se encontra desarmada de seu partido marxista-leninista-trotskista. A perda de importância dos partidos comunistas que carregam o peso da traição histórica não deu lugar a um movimento revolucionário internacional de reconstituição das direções proletárias. A IV Internacional vive no Programa de Transição, que sintetiza a trajetória do internacionalismo marxista. As divisões nas fileiras do trotskismo são reflexos das disputas pequeno-burguesas em torno de que corrente fará a melhor revisão do Programa da IV Internacional. Afastaram-se do fundamento leninista de que o partido é o programa, o programa é o partido. A renúncia em aplicar o Programa de Transição nas particularidades de cada país tem sido prejudicial à tarefa de reconstruir a IV Internacional. Desde que se fundou a 1ª Internacional, tendo à frente Marx e Engels, em nenhum outro momento se viveu o vazio de organização internacional como o que agora atravessamos. Trata-se da profunda contradição entre as condições objetivas maduras para a revolução e a ausência das condições subjetivas. Uma das exigências é compreender a situação concreta da crise de direção e da nova etapa da luta de classes que ganha força. O despertar das massas traz consigo o despertar de uma nova geração de combatentes proletários. É preciso despender um enorme trabalho no seio dos explorados expressando seus instintos de revolta e transformando-os em luta consciente pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.